

ATA DO CONSELHO DIRETOR – 18/6/2020

Ao dia 18 de junho de 2020, às 16 horas, em segunda convocação, em sala virtual na internet, teve início a reunião extraordinária do Conselho Diretor do IBC para tratar sobre os arranjos institucionais demandados pelo Ministério da Educação, estando presentes os seguintes membros: João Ricardo Melo Figueiredo – presidente; José Tadeu Madeira de Oliveira, diretor do Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação; Elise de Melo Borba Ferreira, diretora do Departamento de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão; Jefferson Gomes de Moura, o diretor do Departamento Técnico-Especializado; Luigi Amorim, diretor do Departamento de Educação; Maria Odete Santos Duarte, diretora do Departamento de Planejamento e Administração; Alessandro da Rosa Carvalho, representante dos técnicos administrativos; Rafael Dutton, representante do corpo docente, e Patrícia Inez Villares de Mello representante dos pais. O diretor-geral do IBC abriu a reunião agradecendo a presença de todos e falando da importância desta reunião para deliberar sobre a posição da Instituição sobre a janela de oportunidade dada pelo Ministério da Economia e expressa no Ofício Circular SEI Nº 1744/2020/ME, enviado no dia 12 do mês em curso, para opinar sobre os arranjos supracitados, que implica, entre outras medidas, a alteração da estrutura do IBC. O diretor informou ao Conselho que existe uma equipe trabalhando no Planejamento Estratégico da Instituição, e que, como o documento não está concluído e publicado, o IBC não poderia apresentá-lo ao Ministério da Economia e, em princípio, ficaria impedido de se pronunciar sobre o tema. Contudo, diante dessa impossibilidade, o diretor-geral entrou em contato com os representantes do TransformaGov no Rio de Janeiro para conversar sobre as ações propostas no programa governamental e sobre como o IBC se adequaria a elas. Ele foi informado pelos representantes que o IBC não precisaria assinar nada, nem apresentar o respectivo Plano Estratégico, pois uma vez que a instituição está ligada diretamente ao gabinete do ministro da Educação, automaticamente estará incluído no projeto do Ministério, mas que poderia se pronunciar sobre a questão, enviando uma proposta que se adequasse às diretrizes do MEC. Sendo assim, João informou ao Conselho que passou a semana trabalhando na proposta a ser encaminhada ao Ministério da Economia e expressa na Nota Técnico Nº 05/2020/GAB/IBC/MEC juntamente com a com a equipe encarregada da elaboração do Plano Estratégico para atingir esse objetivo. Segundo os representantes do Ministério, não haveria extensão do prazo para apresentar o referido documento, que ficou pronto e seria enviado até as 11h59 do próprio dia da presente reunião extraordinária. Feitas essas considerações, João leu a Nota Técnica que apresenta o posicionamento da Instituição diante das questões colocadas pelo Ministério da Economia às instituições governamentais. O documento reforça o papel o Instituto como instrumento fundamental para a execução da Política Nacional de Educação Especial. De acordo com o diretor-geral, a preocupação principal na elaboração do documento foi aproveitar esta oportunidade para consolidar as novas competências do IBC, alinhando-as às diretrizes do MEC e para esta nova política, em consonância com a Lei 13.146. A proposta do IBC inclui a reestruturação do organograma da Instituição e, conseqüentemente, a reivindicação de aumento no

seu orçamento para fazer face às novas demandas, de acordo com a legislação vigente. Depois da leitura da Nota Técnica, passou-se à análise da proposta de organograma para que a Instituição possa dar conta das novas competências, que inclui a oferta de cursos de nível superior. A proposta se baseou no organograma adotado pelos centros federais de educação profissional quando mudaram de institucionalidade, transformando-se em institutos federais — o mesmo organograma adotado pelo Colégio Pedro II quando passou a fazer parte da Rede Federal de Educação Profissional. Depois da leitura e da exposição do organograma proposto, este foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Durante a reunião, a conselheira Odete participou aos demais a homologação, pelo ministro da Educação, da criação do curso de mestrado de educação especializada na área da deficiência visual, notícia comemorada por todos. O diretor do DMR parabenizou a luta do diretor-geral pela aprovação do curso e todas as conquistas que vêm sendo obtidas na sua gestão. O diretor-geral agradeceu as palavras do colega e agradeceu o empenho de toda a equipe encarregada da elaboração do documento pela qualidade do trabalho feito, em tão pouco tempo. Não havendo nada mais a tratar, a reunião foi encerrada às quinze horas e, para constar, eu, Marília Amaral de Moura Estevão Tavares, lavrei a presente ata, que depois de lida, será assinada por mim, pelo presidente do Conselho e demais conselheiros.

Marília Amaral de Moura Estevão Tavares

João Ricardo Melo Figueiredo

Maria Odete Santos Duarte

Luigi Amorim

Elise de Melo Borba Ferreira

José Tadeu Madeira de Oliveira

Jefferson Gomes de Moura

Alessandro da Rosa Carvalho

Patrícia Inez Villares

Rafael Dutton